



Civitas - Revista de Ciências Sociais

ISSN: 1519-6089

civitas@pucrs.br

Pontifícia Universidade Católica do Rio
Grande do Sul
Brasil

Ramos, Marília; Fandino Mariño, Juan Mario
Conexões explicativas entre desenvolvimento e capital social. Pesquisa piloto com dois casos
comparados
Civitas - Revista de Ciências Sociais, vol. 12, núm. 2, 2012, pp. 378-394
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
Porto Alegre, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=74223598009>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica
Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

Conexões explicativas entre desenvolvimento e capital social

Pesquisa piloto com dois casos comparados

Explicative connections between development and social capital

Pilot study with two comparative cases

Marília Ramos*

Juan Mario Fandino Mariño**

Resumo: O presente artigo visa lançar respostas para se a seguinte questão: quais as diferenças, em termos do estoque de capital social, entre regiões com diferentes níveis de desenvolvimento? A hipótese geral que norteia o artigo é de que existe um conjunto de pré-requisitos sem os quais os esforços programáticos de desenvolvimento. Estes pré-requisitos derivam fundamentalmente do que poderíamos chamar “integração” ou “coesão” social. A pesquisa se constituiu num estudo piloto, o qual envolveu a população de urbana de dois municípios gaúchos que apresentam níveis diferentes de desenvolvimento e crescimento econômico: Santa Cruz do Sul e Cachoeira do Sul. Foi realizada uma descrição histórica das características gerais da ocupação da terra, processo de industrialização e mudanças estruturais; uma pesquisa sobre o potencial organizativo da região e, por fim, mediu-se a integração social (indicador do capital social), através do clássico levantamento de atitudes. Os dados encontrados corroboram em parte as hipóteses levantadas.

Palavras-chave: desenvolvimento; capital social; mobilidade social; integração social

Abstract: The central hypothesis is the idea that there are prerequisites that are necessary for development to occur, these are: the potential organizational, social integration (identity and community consciousness, generation and distribution of social capital) and social mobility. The study constituted a pilot study, which involved the urban population of two cities in the Rio Grande do Sul state which have different levels of development and economic growth: the counties of Santa Cruz do Sul and Cachoeira do Sul. It was made a historical description of the general characteristics of

*PhD em Sociologia (Purdue University), pós doutorado em Métodos Quantitativos e Avaliação de Políticas Públicas (Universidade do Texas), professora do PPG em Sociologia da Ufrgs. <ramos68@yahoo.com.br>.

**PhD em Sociologia (Universidade de Wisconsin), pós doutorado em Sociologia (Purdue University), professor do PPG em Sociologia da Ufrgs. <jm.fandino.marino@gmail.com>.

land tenure, industrialization and structural change. It was also carried out a research on the organizational potential of the region, which involved basically the study and the identification of the presence of so-called complex organizations. Finally the social integration (indicator of social capital) was measured through the classic survey of attitudes. With respect to the indicators of the presence of social capital (associations and social integration) we observed a poor presence in both contexts. The results partially corroborate the hypotheses.

Keywords: development; social capital; social mobility; social integration

Introdução

O presente artigo visa lançar respostas para a seguinte questão: quais as diferenças, em termos do estoque de capital social, entre regiões com diferentes níveis de desenvolvimento?

Do ângulo teórico da questão, em termos sociológicos, entendemos por desenvolvimento, – grosso modo – a atualização histórica (no sentido de Darcy Ribeiro, 1979) das condições econômicas e de qualidade de vida para, virtualmente, toda uma população. Em outras palavras, focalizamos o problema da incorporação das condições e qualidade de vida hoje possíveis (materiais, culturais e de cidadania), por parte das populações que vivem aquém dessas possibilidades. Neste sentido é necessário ressaltar um atributo desta noção inicial de desenvolvimento, que norteia o nosso objeto, a saber: a sua dimensão regional. Ora, mesmo que esta noção geral seja bem conhecida, é necessário especificá-la para direcionar convenientemente a discussão.

A dimensão regional envolve diferentes níveis de agregação, por exemplo, as diferenças entre a regiões Nordeste Sul no Brasil, entre as metades norte e sul no Rio Grande do Sul e, inclusive, entre os municípios (aleatoriamente, por exemplo, Santa Cruz do Sul e Cachoeira do Sul, no Rio Grande do Sul). Estes níveis apresentam entre si hierarquias de determinação, que devem ser levadas em consideração na análise e na formulação de programas do desenvolvimento. A falta de contemplação destas hierarquias pode ser responsável pelo fracasso dos programas de desenvolvimento em questão, formulados fora de contexto, e que portanto se constituem em enclaves destoantes, elitistas e frequentemente abortivos. Tal o caso, por citar um exemplo da estrada Belém-Brasília na região norte do Brasil, e de muitos outros programas de desenvolvimento de menor envergadura pelo país – e o mundo – afora. Isto responde à idéia de que o trabalho de análise das diferenças regionais, nos níveis estadual e supraestadual, envolveria uma complexidade tal que imporá diagnósticos profundamente casuísticos e historicamente específicos e, portanto, de menores possibilidades de generalização e de construção de uma metodologia genérica. Ora, o nível

municipal de análise, por seu lado, sendo estrategicamente adequado pela condição de unidade político-institucional que representa, poderá se servir bem da metodologia proposta; porém, idealmente é com relação a grupos de municípios, ou microrregiões, que correspondam a unidades sócio culturais e ecológicas supramunicipais, onde melhor se podem estabelecer os parâmetros da problemática do desenvolvimento aqui contemplada.

A hipótese geral que norteia o artigo é de que existe um conjunto de pré-requisitos sem os quais os esforços programáticos de desenvolvimento (financeiros, institucionais e organizacionais) tendem a fracassar. Estes pré-requisitos seriam: a consciência coletiva (principalmente quanto a normas e valores relativos à lei, o dinheiro, a representação política, a administração de justiça), como base (indicador) da superação do dualismo e da pertença comunitária; o trânsito e veiculação de idéias via organizações representativas de todos os grupos, classes e estamentos da comunidade, eficientes e contínuas (sindicatos, cooperativas, clubes, câmaras, etc) e o potencial de inclusão e mobilidade social nos campos de poder, especialmente o econômico (fluidez da estrutura ocupacional), político (fluidez da estrutura de lideranças) e cultural (instrução, qualificação técnica, e prática empresarial).

Estes pré-requisitos derivam fundamentalmente do que poderíamos chamar “integração” ou “coesão” social. Isto é: dependendo do grau ou nível de integração social entre as classes, estratos e grupos sociais, a sociedade – ou a microrregião no caso – poderá conduzir ou não, pela via da democratização do poder formal, um processo de desenvolvimento econômico.

Esta integração ou coesão social, significa que “por baixo de”, ou como suporte da participação formalizada nas decisões (direta e indiretamente), as comunidades exibem um conjunto de representações sociais comuns (um certo grau de “consciência coletiva”) (Durkheim, 1851), um trânsito contínuo de ideias pelo espaço social comunitário via organizações sociais, e um certo grau de mobilidade social geral intracomunitário. Esta condição ou pré-requisito se relaciona com o sucesso do desenvolvimento econômico em termos de: a) maximizar e fazer eficiente a criatividade social; b) engajar as coletividades conjuntamente nos projetos de desenvolvimento econômico, porquanto estão construídos na base do sentimento generalizado de pertença a uma unidade social e comunitária; e c) fazer do engajamento uma decisão não apenas ética e de valor solidário, mas eminentemente racional, porquanto maximiza os benefícios individualmente.

Esta integração social, que é em grande medida contrária ao dualismo (não só social mas cultural!) que caracterizou a configuração social histórica do Brasil, está ligada à ideia clássica (em Montesquieu e Durkheim)

de que a lei só pode ser eficaz quando emana pré-institucionalmente da sociedade. A idéia do “*take off*” poderá então vir a significar a superação inicial dos bloqueios dualistas (entre culturas/sociedades europeias e pré-colombianas e as formações posteriores decorrentes do dualismo inicial), e permitir, aí sim, que as estruturas democráticas venham a desempenhar o seu papel histórico na condução do processo de desenvolvimento econômico.

O dualismo de que estamos falando se traduz especificamente na inexistência de oportunidades de “ingresso” e de mobilidade nos “campos de poder” (Bourdieu, 1989), especialmente os econômicos e políticos, para um amplo setor ou grupo de participantes do cenário social geral. Esta ideia de oportunidades de ingresso nos campos de poder se refere à própria possibilidade de participar na luta ou competição por posições dentro dos campos, isto é, de acumular “capital simbólico” (Bourdieu, 1989), incluindo as suas formas econômica, cultural e social. Ainda, esta inexistência de oportunidades de ingresso e mobilidade nos campos de poder em questão deriva historicamente de relações de dominação, seja na forma “tradicional” (weberiana), ou de outras formas pré-democráticas de dominação próprias da condição “dual” do terceiro mundo, (incluindo, por exemplo, relações pós-escravistas, ou as relações quase de “casta” entre a classe fazendeira, a colônia, e os “pelo duro” durante grande parte da história do Rio Grande do Sul, ou relações de exclusão entre “grupos de status”, no sentido weberiano).

Pré-requisitos para o desenvolvimento

Como base na hipótese central de que existem pré-requisitos que são necessários para que o desenvolvimento ocorra cabe lembrar que, no processo contemporâneo de desenvolvimento, interferem como condicionantes, as configurações históricas regionais, sociais e físico-naturais, específicas de cada caso, as quais se projetam causalmente sobre o processo de desenvolvimento regional, inclusive sobre a sua dinâmica atual.

A espinha dorsal da análise é o que podemos chamar de ‘dualismo’ estrutural, dando a este termo a seguinte conotação bem específica: no processo de expansão do ‘capitalismo histórico’ e das suas múltiplas covariantes sociossistêmicas e culturais dominantes, sobre o ‘terceiro mundo’, estabelecem-se neste último configurações ‘duais’, isto é, formações socioespaciais onde participam tanto elementos do capitalismo e seus covariantes, como elementos locais ou nativos. Ora esta participação dual varia drasticamente, em termos do tipo e intensidade dos elementos emprestados das matrizes históricas (capitalista e locais).

A partir então das configurações duais variáveis (formações socioespaciais), se estabelecem em diferentes graus, o que estamos chamando de 'pré-requisitos' do desenvolvimento, os quais, por sua vez, se projetam sobre os processos históricos concretos do desenvolvimento.

O conceito de formações socioespaciais, FSEs, (Santos, 1999) é utilizado aqui, ao invés do conceito de formas de produção (Mariño, 1994), por transcender a dimensão estritamente econômica e incluir relações sociogeográficas mais amplas. A formação socioespacial pode ser tratada historicamente, como uma combinação típico-ideal específica de características socioeconômicas e culturais em função das quais se pode projetar o caráter democrático (ou alienante) do desenvolvimento regional.

Baseando-se em Ramos e Mariño (2003) destacamos o primeiro pré-requisito: o capital social, tanto no seu sentido individual (Bourdieu, 1989) quanto no sentido comunitário (Coleman, 1990), gerado e distribuído nos vários cenários (FSE), no processo regional de assimilação/reação. Pode-se então especificar por hipótese que quanto maior o capital social (novamente nos seus dois sentidos) gerado e distribuído nas várias FSEs, maiores as probabilidades de assimilação/reação local.

É conveniente explicitar aqui que utilizamos duas noções de capital social: a) a noção de Pierre Bourdieu (1989), trabalhada em nível individual, a qual envolve a incorporação dos códigos e informações, formais e informais, necessários à autopromoção do indivíduo nos vários campos de poder social onde ele se situa. A esta noção corresponde a ideia de 'distribuição' do capital social, mencionada acima. Neste sentido, os cenários históricos, os quais já foram referenciados, possuem concentrações (distribuições) maiores ou menores desse bem social possuído individualmente; b) o segundo sentido envolve a noção de Coleman (1990), desenvolvida por Robert Putnam (2000), relativa basicamente à capacidade organizacional das comunidades. A esta segunda noção de capital social corresponde a ideia de geração e acumulação de capital social acima mencionado.

Queremos ressaltar que as duas noções de capital social (individual e coletivo), aparentemente díspares, e certamente diferentes nas suas origens, são, no fundo, compatíveis, no sentido de que quanto mais democratizado o capital social individual (bourdiano), maiores as possibilidades de geração e acumulação de capital social comunitário (James Coleman). Isto em função de que quanto maiores as condições de participação comunitária dos indivíduos (pelo seu acesso a capital social) maior o potencial organizacional da comunidade.

Como segundo pré-requisito aparece a noção de identidade comunitária ou consciência coletiva, frequentemente conceituada como identidade coletiva.

Nasce em Durkheim (1984) como comunalidade de normas e representações sociais do grupo.

Finalmente como último pré-requisito registramos a noção de mobilidade, a qual refere-se às mudanças de posição que os indivíduos e os grupos experimentam uns com relação aos outros e com relação a critérios externos. A mobilidade social varia de acordo com a rigidez das estruturas estratificacionais das diversas sociedades, observando-se uma tendência geral ao aumento da mobilidade (tanto individual como social) com o advento da sociedade industrial. A mobilidade social pode ser analisada tanto por diferenças intergeracionais (entre gerações presentes e passadas) quanto intrageracionais (posições de indivíduos em termos ocupacionais e educacionais por exemplo).

Metodologia

Inicialmente cabe enfatizar que a pesquisa se constituiu num estudo piloto, o qual envolveu dois municípios que apresentam níveis diferentes de desenvolvimento e crescimento econômico: municípios de Santa Cruz do Sul e de Cachoeira do Sul.

Como primeira estratégia metodológica foi realizada uma descrição histórica das bases culturais e sociais regionais, isto é da configuração histórica dos municípios pesquisados em termos das características gerais da ocupação da terra (latifundiária X familiar), processo de industrialização e mudanças estruturais. A metodologia aqui foi fundamentalmente bibliográfica.

Como segunda estratégia analítica realizamos a pesquisa sobre o potencial organizativo da região, a qual envolveu basicamente o estudo da presença e das chamadas organizações complexas (sindicatos, cooperativas, movimentos sociais, etc.).

Como terceira estratégia analítica realizamos uma pesquisa sobre a integração social (indicador do capital social), através do clássico levantamento de atitudes, conhecimento e comportamento, por amostra simples. A amostra em ambos os municípios foi calculada com base na fórmula para amostras probabilísticas, considerando-se uma margem de erro de 5 pontos percentuais e um nível de confiança de 90% e envolveu indivíduos de 16 anos ou mais. Foram aplicados 510 questionários na zona urbana de Santa Cruz do Sul. Já em Cachoeira do Sul foram aplicados 324 questionários na zona urbana.

Como quarto e último passo da estratégia analítica foi pesquisada a mobilidade social, tanto no sentido da mobilidade individual intrageracional quanto intergeracional, captada também via questionário fechado. Em termos de resultados esperados temos como hipótese que numa sociedade

desenvolvida, onde não há o monopólio do poder e das propriedades nas mãos de poucos, as distâncias sociais não são tão grandes e existe uma igualdade de oportunidades. Espera-se, assim, que a correlação entre a ocupação e a educação dos pais na educação e na primeira ocupação dos filhos seja débil, isto é não faz diferença onde nascemos, poderemos ascender socialmente porque as oportunidades estão dadas. A mesma coisa, se espera que a correlação entre a educação do filho, o primeiro emprego e o último emprego do filho sejam fortes, isto é, o indivíduo pelo mérito (pela sua educação) pode se mover de forma ascendente na sociedade.

Resultados

Características dos contextos pesquisados

Os municípios de Cachoeira do Sul e Santa Cruz do Sul são municípios pertencentes à mesma Macrorregião, chamada Macrorregião dos Vales, que compreende 67 municípios do Rio Grande do Sul. Mas, cada um deles é respectivamente pertencente a regiões menores dentro dessa macrorregião: as Regiões Jacuí Centro e Região do Vale do Rio Pardo. Essa delimitação de regiões foi baseada nos Conselhos Regionais de Desenvolvimento – Coredes, criados oficialmente pela Lei 10.283 de 17 de outubro de 1994.

Os dois municípios constituem-se em pólos de suas regiões, por serem classificados como municípios de porte médio, outro motivo que influenciou em nossa escolha para este estudo de caso comparado. Apesar disso, eles apresentam diferenças em termos de indicadores de desenvolvimento. Destacamos que na escolha dos casos pesquisados buscamos, propositadamente, essa diferenciação, regional e econômica, a fim de verificarmos como se apresentam os pré-requisitos necessários para o processo de desenvolvimento: o potencial organizativo, o capital social e a mobilidade social.

Especificamente o município de base familiar, Santa Cruz do Sul (SCS), situado no centro do Rio Grande do Sul, distante 135Km da capital, com população total de 114.000 habitantes (IBGE, 2004), foi fundado em 1849 com a chegada dos primeiros de imigrantes alemães. Iniciado por uma agricultura de subsistência, evoluiu para produção (fumo) e exportação de excedentes de 1860 em diante. Atualmente as maiores indústrias são as fumageiras, responsáveis pela metade dos empregos da população, setor da metalurgia e ramo imobiliário.

Já o município de base latifundiária, Cachoeira do Sul (CS), situado também na região central, está distante 190 km da capital, possui população total de 89.073 habitantes (IBGE, 2004), foi fundado em 1819 com a

distribuição de Sesmarias. Caracterizada como primeira fase da ocupação do Rio Grande do Sul, a distribuição das Sesmarias foi feita como pagamento a soldados portugueses por serviços prestados à coroa e estes se estabeleceram no RS no século XVI. Este período foi caracterizado pela predominância de grande propriedade (estância de gado). Nos dias atuais, o município apresenta atividades produtivas centradas na agropecuária, que são a pecuária e o cultivo de arroz (Ramos, 1995).

Podemos observar que o processo de ocupação dos dois municípios foi muito diferente. Enquanto que em SCS a colonização foi de imigrantes alemães, CS foi predominantemente de lusos, com alguns poucos imigrantes alemães e italianos.

Observamos, por isso, padrões distintos de relação com a propriedade, onde em SCS o predomínio da pequena propriedade quase que simetricamente distribuída nas mãos dos pequenos produtores familiares (colonos alemães) pode ter gerado, como argumentam Ramos e Mariño (2003), um sentimento de pertencimento e uma ética para o trabalho comunitário muito diferente do que aconteceu em Cachoeira do Sul. Nesse último município o predomínio de grandes extensões de terra nas mãos de uns poucos fazendeiros (lusos) gerou, segundo aqueles autores, uma sociedade dual (fazendeiros e escravos/peões) com difícil possibilidade da formação de um sentimento comunitário e consequente produção de uma capacidade organizativa (capital social).

Com relação às características em termos de alguns indicadores de desenvolvimento observamos que enquanto SCS apresenta um PIB per capita de R\$ 20.104,00, em CS é de R\$ 4.490,00. Isto nos leva a acreditar que SCS possui condições/qualidade de vida superior a de CS. Também no que se refere ao Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M), SCS, cresceu 8,36% (1991-2000) enquanto que CS cresceu 6,49%, no mesmo período. Devido a esses dados Cachoeira do Sul é considerada região de médio desenvolvimento humano e SCS considerada de alto desenvolvimento humano (Atlas de Desenvolvimento Humano do Brasil, 2000).

O potencial organizativo: um levantamento sobre as organizações complexas

Na pesquisa de dados secundários verificamos que Santa Cruz do Sul (base familiar) conta com 178 organizações e associações e Cachoeira do Sul (base latifundiária) conta com 126 associações. Observamos já aqui um potencial organizativo distinto em termos de representatividade numérica. Onde então notamos a superioridade do município de base familiar (SCS), no qual consideramos que tenha existido um dualismo histórico menos expressivo,

com base na discussão teórica apresentada acima, do que no município de base latifundiária (CS).

Podemos observar que dentro das categorias de tipos de associações constatamos em Santa Cruz do Sul a presença mais destacada de associações e organizações de classe; associações e organizações desportivas e associações e organizações culturais. Já em Cachoeira do Sul predominam os sindicatos e federações, as associações beneficentes e as cooperativas. Podemos ver a partir destas particularidades que no município de base agrícola familiar (SCS) as associações de classe se destacam junto com as associações de cunho mais lúdico (esportes e lazer). Já no município de base latifundiária há o predomínio dos sindicatos e federações, destacando que neste último município predominam os sindicatos vinculados aos grandes pecuaristas e arrozeiros.

A mobilidade Social: possibilidades e entraves à ascensão individual

A mobilidade no contexto de base familiar: Santa Cruz do Sul

Com relação ao perfil dos 510 pesquisados em Santa Cruz do Sul 55,1% é composto por homens; sendo que a maioria possui ensino fundamental incompleto; sendo a média dos anos de estudo dos pesquisados igual a 8,16 anos, bastante maior que a média de anos de estudo do pai (4,85 anos) e da mãe (4,68). A faixa etária predominante é de 14 até 24 anos, sendo a média de idade igual a 37,88 anos; a renda predominante entre os pesquisados é de 2 até 5 salários mínimos, sendo a média da renda dos respondentes de R\$ 630,86, já a média da renda familiar é de R\$ 1.137,08.

Podemos observar com relação à educação dos pesquisados a presença de uma mobilidade em relação aos seus pais, percebida pela diferença na média de anos de estudo. Enquanto a média dos anos de estudo dos pesquisados é 8,16 anos, para seus pais é de 4,85 e para suas mães é de 4,68 anos de estudo.

No que diz respeito às análises de associação e correlação entre a escolaridade dos pesquisados e de seus pais observamos em que em Santa Cruz do Sul o coeficiente de correlação de Pearson é positivo e altamente significativo ($p=0,01$), apesar de não ser expressivo ($r=0,35$). Já a correlação entre os anos de estudo do pesquisado e de sua mãe foi positivo maior ainda ($r=0,45$) e altamente significativo. Isso indica que os anos de estudo dos indivíduos no município de base familiar estão correlacionados com os anos de estudo de seus pais, porém de forma estatisticamente pouco expressiva ($<0,60$).

Outra correlação importante, porém não expressiva encontrada foi entre a renda familiar e os anos de instrução, onde encontramos um coeficiente de Pearson de 0,46, com $p=0,01$. Já correlação entre anos de instrução do pesquisado e sua renda foi significativa (0,01), porém pouco expressiva ($r=0,44$).

Com relação à ocupação principal na maior parte da vida a que predominou no município de base familiar foi empregado do setor de serviços sem curso superior, sendo também a primeira ocupação predominante dos pesquisados, contrastando com a profissão principal do pai, que foi a profissão de agricultor e da mãe, de dona de casa.

No que diz respeito às análises de associação entre as categorias ocupacionais dos pesquisados e de seus pais observamos, em Santa Cruz do Sul, que dentre aqueles pais com ocupações de alto status a maioria (46,9%) dos filhos (pesquisados) tem ocupação de médio status. Destacamos que o teste de *qui-quadrado* efetuado mostrou que existe uma associação entre a ocupação dos pais e de seus filhos ($p=0,01$), porém o grau dessa associação é fraco ($\text{gama}=0,23$). Destacamos uma tendência dos pesquisados a estarem em status ocupacionais médios ou baixos, mesmo quando os pais possuem status alto. Percebemos, então, em Santa Cruz do Sul uma mobilidade ocupacional intergeracional descendente. A Tabela 1 demonstra essa associação.

Tabela 1. Cruzamento status ocupacional dos pais e dos pesquisados – Santa Cruz do Sul

			Ocupação principal três categorias			
			Alto	Médio	Baixo	Total
Ocupação pai três categorias	Alto	Frequência	7	15	10	32
		% dentro da ocupação pai três categorias	21,8%	46,9%	31,3%	100,0%
	Médio	Frequência	16	121	95	232
		% dentro da ocupação pai três categorias	6,9%	52,2%	40,9%	100,0%
	Baixo	Frequência	10	69	87	166
		% dentro da ocupação pai três categorias	6,0%	41,6%	52,4%	100,0%
Total	Frequência		33	205	192	430
	% dentro da ocupação pai três categorias		7,6%	47,7%	44,7%	100,0%

Teste de associação *qui-quadrado* significativo, $p=0,01$.

Fonte: os autores.

No que diz respeito à associação entre a primeira ocupação dos pesquisados e sua ocupação principal na vida (mobilidade intrageracional) observamos que os pesquisados tendem a manter o mesmo status ocupacional na maior parte da vida. O teste *qui-quadrado* mostrou existir associação significativa ($p=0,00$) entre estas variáveis e o coeficiente que mede a magnitude da associação indicou existir uma associação de grau médio ($\text{gama}=0,57$).

A mobilidade no contexto latifundiário: Cachoeira do Sul

No município de base latifundiária, Cachoeira do Sul, dentre os 324 pesquisados 44,4% é composto por homens; sendo que a maioria possui ensino fundamental incompleto; sendo a média dos anos de estudo dos pesquisados igual a 9,15 anos, bastante maior que a média de anos de estudo do pai (4,75 anos) e da mãe (4,78). A faixa etária predominante é de 45 até 59 anos, sendo a média de idade igual a 43,23 anos; a renda predominante entre os pesquisados é de 2 até 5 salários mínimos, sendo a média da renda dos respondentes de R\$ 632,62, já a média da renda familiar é de R\$ 1.459,60.

No que diz respeito às análises de associação e correlação entre a escolaridade dos pesquisados e de seus pais observamos que no município de base latifundiária, o coeficiente de correlação de Pearson é positivo e altamente significativo ($p=0,01$), apesar de não ser expressivo ($r=0,26$) e ser menor que aquele encontrado no município de base familiar (Santa Cruz do Sul). Já a correlação entre os anos de estudo do pesquisado e de seu pai foi positiva e é menor ainda ($r=0,17$) e altamente significativa. Isso indica que os anos de estudo dos indivíduos em Cachoeira do Sul estão correlacionados com os anos de estudo de seus pais, porém de forma estatisticamente pouco expressiva ($<0,60$).

Outra correlação importante identificada, porém não expressiva, foi entre a renda familiar e os anos de instrução, onde encontramos um coeficiente de Pearson de 0,25 (menor que aquele verificado em Santa Cruz do Sul), com $p=0,01$. Já correlação entre anos de instrução do pesquisado e sua renda é significativa (0,01), porém pouco expressiva ($r=0,16$) e bem inferior àquela encontrada em Santa Cruz do Sul ($r=0,44$).

Com relação à ocupação principal na maior parte da vida a que predominou foi empregado do setor de serviços sem curso superior, sendo também a primeira ocupação predominante dos pesquisados, contrastando com a profissão principal do pai, que foi a profissão de agricultor e da mãe, de dona de casa.

No que diz respeito às análises de associação entre as categorias ocupacionais dos pesquisados e de seus pais observamos no município de

base latifundiária, Cachoeira do Sul, que dentre aqueles pais com ocupações de alto status a maioria (63,6%) dos filhos (pesquisados) tem ocupação de médio status. Destacamos que o teste de *qui-quadrado* efetuado mostrou que existe uma associação entre a ocupação dos pais e de seus filhos ($p=0,01$), porém o grau dessa associação é médio ($\text{gama}=0,48$), diferente do que acontece em Santa Cruz do Sul onde o grau de associação se mostrou fraco. Destacamos uma tendência dos pesquisados a estarem em status ocupacionais médios ou baixos, mesmo quando os pais possuem status alto. Percebemos então em Cachoeira do Sul uma mobilidade ocupacional intergeracional descendente. A Tabela 2 demonstra essa associação.

Tabela 2. Cruzamento status ocupacional dos pais e dos pesquisados – Cachoeira do Sul

			Ocupação principal três categorias			
			Alto	Médio	Baixo	Total
Ocupação pai três categorias	Alto	Frequência	3	7	1	11
		% dentro da ocupação pai três categorias	27,3%	63,6%	9,1%	100,0%
	Médio	Frequência	6	77	43	126
		% dentro da ocupação pai três categorias	4,8%	61,1%	34,1%	100,0%
	Baixo	Frequência	4	35	57	96
		% dentro da ocupação pai três categorias	4,1%	36,5%	59,4%	100,0%
Total	Frequência		13	119	101	233
	% dentro da ocupação pai três categorias		5,6%	51,1%	43,3%	100,0%

Teste de associação *qui-quadrado* significativo, $p=0,00$.

Fonte: os autores.

No que diz respeito à associação entre a primeira ocupação dos pesquisados e sua ocupação principal na vida (mobilidade intrageracional) observamos que os pesquisados tendem a manter o mesmo status ocupacional na maior parte da vida. O teste *qui-quadrado* mostrou existir associação significativa ($p=0,00$) entre estas variáveis e o coeficiente que mede a magnitude da associação indicou existir uma associação de grau alto ($\text{gama}=0,65$). Além disso, destacamos que a primeira ocupação se mostrou estar na categoria de médio status e a ocupação principal apresentou maior percentual também na categoria de médio status, o que caracteriza a presença de uma mobilidade ocupacional intrageracional descendente.

O Associativismo e a Integração Social como indicadores do capital social

No que diz respeito ao associativismo e ao grau de integração social cabe tecer algumas considerações sobre a maneira como estas variáveis foram medidas. Lembrando que o associativismo e a integração são indicativos da presença do capital social, o qual para nossa interpretação é um dos pré-requisitos para o desenvolvimento.

A integração social foi medida pelo conjunto de 7 perguntas referentes ao contato com amigos, vizinhos ou colegas de trabalho onde o pesquisado deveria marcar a frequência de participação (0=nunca até 4=diariamente). As respostas foram somadas criando uma escala aditiva que vai de 0 até 28.

Especificamente o associativismo foi medido por questões através de uma escala tipo ordinal com 19 tipos de associações onde o pesquisado deveria marcar a frequência de participação (0=nunca até 4=sempre que ocorrem reuniões). As respostas foram somadas criando uma escala que vai de 0 até 76. Foi feito um teste de fidedignidade para testar a correlação entre as perguntas, obtendo um *alpha de cronbach* igual a 0,76, o que indica uma escala adequada para medir associativismo. Cabe ressaltar que o questionário foi construído enquanto uma adaptação do instrumento utilizado por Bandeira (2003) e Scalón (1999).

A capacidade associativa no contexto de base produtiva familiar

Com relação aos resultados sobre o associativismo no município de base familiar, Santa Cruz do Sul, observamos uma média baixa para a escala considerada (média=6,68 numa escala de 0 até 76). Observamos, com isso, que a população do município de base familiar tende a participar de forma pouco frequente de associações dos mais variados tipos.

Já com relação à integração social, observamos uma média um pouco maior (7,92 numa escala de 0 até 28).

Para tentar perceber como os aspectos do associativismo e da integração social se manifestam entre diferentes grupos de renda e de escolaridade, no município de base familiar, realizamos algumas análises de variância com teste *Post Hoc Tukey*, usado quando as mesmas se apresentaram significativas para detectar onde estavam as diferenças.

Especificamente, encontramos diferenças estatisticamente significativas, em termos de médias do associativismo, entre grupos de renda maior e menor, sendo o associativismo maior entre os grupos de maior renda. A mesma tendência foi encontrada para médias de integração social.

Com relação às diferenças de médias no grau de associativismo e de integração social por categoria de escolaridade percebemos que a única diferença estatisticamente significativa está entre a média do associativismo de todas as categorias de escolaridade com relação à média da categoria nível superior, no sentido de que pessoas com nível superior tendem a apresentar média de associativismo maior que aquelas pessoas com escolaridade inferior.

Em relação à integração social observamos que pessoas sem instrução tendem a ter média menor no grau de integração social que aquelas com ensino médio incompleto, médio completo e superior. Já as pessoas com ensino fundamental incompleto apresentam média menor de integração que aquelas com médio completo, com médio incompleto e com superior. Pessoas com fundamental completo e com médio completo somente apresentam média maior que aquelas sem instrução e com fundamental incompleto. As pessoas com ensino médio incompleto, por sua vez, apresentam médias maiores de integração que aqueles sem instrução, com fundamental incompleto e com fundamental completo.

Cabe mencionar que devemos confrontar estes resultados com aqueles referentes ao município de base latifundiária, Cachoeira do Sul. A seguir apresentamos a análise dos dados coletados naquele município.

A capacidade associativa no contexto de base produtiva latifundiária

Com relação aos resultados sobre o associativismo no município de base latifundiária observamos uma média baixa para escala considerada (média = 5,59 numa escala de 0 até 76). Observamos, com isso, que a população do município de base latifundiária tende a participar de forma pouco frequente de associações dos mais variados tipos, salientando que a média é menor que aquela encontrada no município de base familiar (7,68).

Já com relação à integração social, observamos uma média um pouco maior (7,49 numa escala de 0 até 28) e igualmente inferior àquela encontrada no município de base familiar (7,92).

Para tentar perceber como os aspectos do associativismo e da integração social se manifestam entre diferentes grupos de renda e de escolaridade no município de base latifundiária realizamos algumas análises de variância com teste *Post Hoc Tukey*, usado quando as mesmas se apresentaram significativas para detectar onde estavam as diferenças.

Especificamente, encontramos diferenças estatisticamente significativas, em termos de médias do associativismo, entre grupos de renda maior e menor, sendo o associativismo maior entre os grupos de maior renda. A mesma relação foi encontrada para médias de integração social.

Com relação às diferenças de médias no grau de associativismo e de integração social por categoria de escolaridade percebemos que a única diferença estatisticamente significativa está entre a média de todas as categorias de escolaridade com relação a média da categoria nível superior completo e incompleto, no sentido de que pessoas com nível superior tendem a apresentar média de associativismo maior que aquelas pessoas com escolaridade inferior. Esta tendência foi igualmente observada no município de base familiar.

Com relação à integração social observamos que pessoas sem instrução, no município de base latifundiária, tendem a ter média menor no grau de integração social que aquelas com ensino médio incompleto, médio completo e superior. Já as pessoas com ensino fundamental incompleto apresentam média menor de integração que aquelas com médio completo, com médio incompleto e com superior. Pessoas com ensino médio completo apresentam média maior que aquelas sem instrução, que aquelas com médio incompleto e com fundamental incompleto e completo. As pessoas com médio incompleto apresentam médias maiores de integração que aqueles sem instrução, com fundamental incompleto e com fundamental completo.

Considerações Finais

Com relação às hipóteses que tínhamos, observamos que no município de base familiar (menor dualismo histórico), Santa Cruz do Sul, apesar de existir uma associação significativa entre a ocupação dos pais e a ocupação dos filhos (pesquisados), a mesma é fraca, enquanto que no município de base latifundiária (Cachoeira do Sul), a associação é significativa e média. Estes dados corroboram a hipótese de que existe fraca associação entre a posição dos pais e a dos filhos (pesquisados) em contextos mais desenvolvidos. Isto indica a presença de oportunidades, nos contextos mais desenvolvidos, independente da origem dos indivíduos. Isto é, se seus pais já ocupavam posições privilegiadas ou não.

Cabe notar que no município de base familiar (Santa Cruz do Sul) foi encontrada a presença de uma mobilidade intrageracional descendente, isto é, durante a trajetória de vida dos pesquisados seu status ocupacional caiu. No município de base latifundiária (Cachoeira do Sul) a trajetória ocupacional descendente se manifestou entre a gerações, isto é, constatamos uma perda de status ocupacional dos pesquisados em comparação com seus pais. Vemos aqui a falta de oportunidades profissionais predominando em ambos os contextos, contudo, no município de base familiar (Santa Cruz do Sul) esta falta não esta associada à ocupação dos pais e sim pode estar associada com a crise mais geral estrutural relacionada com as questões de empregabilidade. Já no

município de base latifundiária (Cachoeira do Sul) a trajetória ocupacional está associada à posição inicial dos indivíduos nas suas respectivas trajetórias, o que é marca da ausência do pré-requisito da possibilidade de mobilidade social discutido anteriormente.

Com relação à correlação da escolaridade dos pais e dos pesquisados no município de base latifundiária (Cachoeira do Sul) a mesma é significativa, porém pouco expressiva. No município de base familiar (Santa Cruz do Sul), diferentemente do que esperávamos encontrar, a correlação é significativa e mais expressiva ($r=0,35$) que aquela encontrada em Cachoeira do Sul ($r=0,26$). Então concluímos que aquele padrão encontrado para caso da ocupação profissional, onde percebemos maior mobilidade no município de base familiar (Santa Cruz do Sul) não se repete quando estamos analisando a escolaridade. Naquele município a mobilidade não se manifesta através da escolaridade e sim da ocupação profissional.

No que diz respeito aos indicadores da presença do capital social (associativismo e integração social) observamos em ambos os contextos uma presença inexpressiva dos mesmos. Especificamente as médias de associativismo e integração social, ainda que baixas, são maiores no município de base produtiva familiar (Santa Cruz do Sul) que aquelas médias encontradas no município de base latifundiária. Observamos que os dados encontrados corroboram, apenas em parte, as hipóteses levantadas, isto porque esperávamos encontrar um volume de capital social bem maior no município de base produtiva familiar, por ter melhores indicadores em termos de desenvolvimento.

Cabe destacar, por fim, que os resultados encontrados nesta investigação se constituem na primeira tentativa, ainda exploratória por estar baseada em dois casos apenas, de se verificar empiricamente a hipótese da necessidade dos pré-requisitos discutidos acima como promotores do desenvolvimento. Tais resultados foram, em parte, encontrados na nossa investigação. Contudo, o fato do estudo ter sido ainda exploratório nos faz concluir com certa cautela, deixando espaço para futuras investigações, as quais devam envolver uma amostra representativa de municípios do Rio Grande do Sul.

Referências

- BANDEIRA, P. (Org). *Desenvolvimento regional, cultura política e capital social*, Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, 2003. Mimeo.
- BECKER, D. A contradição em processo: o local e o global na dinâmica do desenvolvimento regional. In: BECKER, D.; WITTMANN, M. (Orgs.). *Desenvolvimento regional: abordagens interdisciplinares*. Santa Cruz do Sul, RS: Editora da Unisc, 2003.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Difel, 1989

COLEMAN, J. *Foundation of social theory*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1990.

DURKHEIM, Émile. *As regras do método sociológico*. 11. ed. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1984 [1851].

MARIÑO, J. M. A forma de produção pós-chayanoviana na agricultura familiar: conceituação e quantificação. *Cadernos de Sociologia*, Porto Alegre: IFCH/Ufrgs, 1994.

PUTNAM, Robert. *Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2000.

RAMOS, M. P.; MARIÑO, J. M. Democracia e desenvolvimento: uma contribuição teórico-conceitual para se entender as diferenças regionais. In: BECKER, D.; WITTMANN, M. (Orgs.). *Desenvolvimento regional: abordagens interdisciplinares*. Santa Cruz do Sul: Editora da Unisc, 2003. p. 217-228.

RAMOS, Marília P. *O “novo” e o “velho” ruralismo no Rio Grande do Sul: um estudo sobre os integrantes da UDR*. Santa Cruz do Sul/RS: Editora da Unisc, 1995.

RIBEIRO, Darcy. *As Américas e a Civilização: estudos de antropologia da civilização, processo de formação e causas do desenvolvimento desigual dos povos americanos*. Petrópolis: Vozes, 1979.

SANTOS, M. *A natureza do espaço*. São Paulo: Hucitec, 1999.

SCALON, Maria Celi. *Mobilidade social no Brasil: padrões e tendências*. Rio de Janeiro: Revan, 1999.

WEBER, Max. *Economia e sociedade*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1991.

Data de recebimento: 12/08/2011

Data de aprovação: 20/11/2011